

País quer empréstimo para pagar juros

SILVIA FARIA
Enviada especial

NOVA YORK — A proposta brasileira de pagamento dos juros atrasados aos bancos privados, apresentada na quarta-feira ao Comitê Assessor, foi um banho de água fria nos credores, que esperavam resolver rapidamente o problema que tanto tem contribuído para seu desequilíbrio financeiro. O Governo brasileiro propôs que os bancos façam um empréstimo-ponte para pagamento dos juros em atraso devidos pelo setor público, no valor exato do débito na data do refinanciamento.

A proposta é transformar o volume dos juros em bônus, no mesmo sistema do restante da dívida. Com o empréstimo-ponte, o Governo resgata os papéis. Isto feito, realizam-se dois pré-pagamentos, em 1991 e 1992, referentes ao empréstimo-ponte, com os recursos adicionais que o Governo espera receber do FMI e Banco Mundial, além de eventuais entradas de recursos externos. Ou seja, o pagamento deste empréstimo recebe tratamento diferenciado do esquema global de reescalonamento da dívida de longo prazo.

A solução permitiria aos bancos renovar a dívida referente aos juros atrasados, evitando a contabilização do prejuízo diretamente, através de refinanciamento. Por outro lado, permite ao Brasil livrar-se da pressão sobre o pagamento dos atrasados, que é o ponto de estrangulamento

nas relações com os bancos privados e com os governos credores (como mencionou o comunicado oficial do Grupo dos Sete, que reúne os países mais industrializados, na reunião do FMI e Banco Mundial).

Como a operação é mais simples do que a troca da dívida global por bônus, a missão brasileira tratou o problema em separado, na expectativa de solucioná-lo e abrir rapidamente o caminho para um acordo com o FMI. Quanto aos juros devidos pelo setor privado, a moratória técnica que o Brasil adotou desde julho de 1989 pode ser parcialmente suspensa a qualquer momento, caso o Comitê Assessor dos Bancos aceite a proposta de reescalonamento da dívida externa. Segundo o Secretário de Política Econômica, Antônio Kandir, não haverá qualquer restrição à remessa dos pagamentos do setor privado. Ainda não foi discutida a dívida privada já paga, mas não remetida aos credores — mais de US\$ 50 bilhões. — O problema é a restrição enfrentada pelo setor público, que precisa gerar cruzeiros para adquirir os dólares, ou seja, é um constrangimento fiscal (necessidade de receita pública) e não cambial (escassez de divisas) — disse Kandir.

A proposta de troca da dívida por bônus implica a capitalização de juros fixos anuais, até o prazo de resgate final. Se o papel vale US\$ 10 e seus juros em dez anos correspondem a 100%, seu valor estará previamente fixado em US\$ 20.